

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 26 DE MARÇO DE 2019

N.º 40/2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2017-2021, com as seguintes **PRESENCAS: O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, que presidiu à reunião, e os Senhores

Vereadores:-----

- Maria Catarina Lopes Paiva (CDS/PP);-----

- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP);-----

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP); -----

- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD);-----

- Nelson da Silva Martins (PS). -----

AUSÊNCIA: -----

O Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, devido a presença numa reunião com a CCDR N. -----

ORDEM DE TRABALHOS DA REUNIÃO:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

a) Aprovação da ata da reunião ordinária de 12 de março de 2019; -----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. “Requalificação da Escola E.B. 2, 3 das Dairas” - Auto de Medição N.º 4; -----

2. “Requalificação da Escola E.B. 2, 3 das Dairas”;-----

3. Reabilitação dos Pavimentos: Rua Dr. Domingos Almeida Brandão, Rua Eng.º Duarte Pacheco, Rua Júlio Dinis, Rua D. Nuno Álvares Pereira e Rua Manuel Soares Pinheiro;-----

4. Condicionamento de trânsito: Requerimento de IMOLUSOF, Ld.ª; -----

5. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: Listagem de despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017 e outros Processos;-----

6. Informações;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto nos n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) -----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião. -----

O SR. VICE-PRESIDENTE, ANTÓNIO ALBERTO ALMEIDA DE MATOS GOMES, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----

O Sr. Vice-Presidente informou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se encontrava ausente por estar numa reunião com o Sr. Presidente da CCDR N, pelo que iria presidir à presente reunião. -----

De seguida deu as boas-vindas aos alunos do 7.ºD e 7.ºE da Escola E.B 2, 3 do Búzio, presentes para assistir à reunião. -----

Dada a existência de inscrições feitas pelos alunos, para intervir no PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, o Sr. Vice-Presidente propôs a antecipação do referido Período e, após concordância de todo o executivo presente, informou os presentes de que o mesmo foi antecipado, ocorrendo antes do Período da Ordem do Dia, tendo em conta o cumprimento do respetivo horário escolar e por coerência com o que foi feito nas duas reuniões públicas anteriores. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2019: -----

Pedindo a palavra, o vereador Pedro Almeida frisou que não concordava com a aprovação da ata uma vez que no ponto 7 da mesma foi transcrita uma informação jurídica da qual, nem ele nem nenhum dos vereadores que estiveram presentes na reunião, teve acesso. Disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara Municipal apenas mencionou e leu uma informação subscrita, segundo palavras suas, pelo Dr. Rui Valente e pela Dr.^a Paula Ferreira. -----

O vereador Nelson Martins disse que não votava favoravelmente a aprovação da ata, pelo menos relativamente ao teor do ponto 7, dado não ter tido conhecimento da informação. -----

O Sr. Vice-Presidente, face às intervenções dos vereadores e após consulta do Sr. Presidente da Câmara Municipal e com a sua concordância, tendo em conta que foi este quem presidiu à reunião a que se refere a ata, colocou-a à votação com a eliminação da informação transcrita no ponto 7. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a ata da reunião ordinária de 12 de março de 2019, com a eliminação da informação prestada pelo Gabinete Jurídico e Apoio aos Órgãos Municipais, transcrita no ponto 7, tendo em conta que a mesma não foi presente à referida reunião. Deliberou ainda aprovar as alterações ao texto da minuta então aprovada, no ponto 7, cujo teor fica de acordo com o aprovado na ata agora aprovada. -----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

O Sr. Vice-Presidente informou os presentes, em especial os alunos ali presentes, que neste Período, iria dar a palavra aos vereadores para estes intervirem e questionarem o executivo sobre as questões de interesse autárquico.

O vereador Nelson Martins cumprimentou os membros da mesa e o público, em especial, os professores e os alunos do 7.ºD e 7.ºE, esperando que estes saiam

2019.03.26

daqui com vontade de voltar como munícipes, como alunos ou mais tarde como candidatos, significando isso, que terá valido a pena este exercício político. -----

De seguida referiu que existe um tojo na Av. do Complexo Desportivo das Dairas, sendo esta a segunda vez que dá a conhecer a existência deste tojeiro por limpar, e que impede a passagem dos alunos pelo passeio, obrigando-os a passar pelo alcatrão. Alertou para o risco de incêndio deste tojo e para o fogo extensível aos eventuais carros estacionados. -----

Sobre a gestão de combustível, perguntou o que fez a maioria do executivo em relação à limpeza da área agroflorestal da sua competência, existente junto às vias públicas, aos passeios, às habitações e junto às zonas industriais. -----

Face às obras em decurso na Av. Vale do Caima, lembrou a sugestão feita numa reunião há um mês, para o rebaixamento do lancil frente ao Edifício Habicambra - Bloco A, uma vez que as obras nesse local já foram feitas e o lancil continua alto. Para que haja um acompanhamento político e técnico à remodelação dos passeios, das ruas e avenidas da cidade e para que todo o executivo possa ter conhecimento das alterações ao projeto, voltou a sugerir, como fez em reunião anterior, a realização de reuniões semanais com a equipa projetista, com alguém responsável pela implementação das obras no concelho e com os técnicos fiscalizadores, que, em alguns casos, têm feito um excelente trabalho, porque existe o projeto e depois a implementação do projeto, tendo havido alguns constrangimentos. -----

Perguntou o que estava a ser feito para evitar que as dívidas provenientes do não-pagamento da fatura da água não prescrevam, para que os maus exemplos não proliferem. É de opinião que devem existir mecanismos para que, quem consome e não paga, não faça disso um hábito. -----

O vereador Pedro Almeida deu as boas-vindas aos professores e alunos da Escola E B 2,3 do Búzio, dizendo-lhe que para si é um orgulho tê-los a assistir à

2019.03.26

reunião, tendo pena destes não virem assistir a muitas mais, porque é importante que haja uma participação ativa na vida de Vale de Cambra e dos Valecambrenses. -----

Disse que tinha questões para colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, mas dado que este se encontra ausente, coloca-las-á ao Sr. Vice-Presidente que lhas transmitirá. É de opinião que sendo uma reunião pública, com o agendamento da vinda de alunos e professores, o Sr. Presidente deveria estar presente para permitir a colocação das questões por parte do público. -----

Disse que viu na Comunicação Social há cerca de 3, 4 dias, que esteve presente na Câmara Municipal, a Polícia Judiciária e gostava de saber qual foi o motivo da sua presença. -----

Sobre as dívidas resultantes do não-pagamento de faturas de água, segundo informação do vereador do pelouro, estas eram superiores a trezentos mil euros e, para um montante tão avultado quanto este, perguntou o que é que a Câmara Municipal está a fazer para cobrar este valor e, acrescentou que, tendo em conta a população de Vale de Cambra, ou há dívidas muito avultadas ou há muitos consumidores que não pagam a fatura da água, considerando que não se devem prejudicar aqueles que pagam em benefício daqueles que não pagam. A Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com a Autoridade Tributária para fazer a cobrança coerciva das dívidas de água e até ao momento, não foi transmitido nenhum pedido de cobrança destas.-----

Sobre os planos de segurança dos edifícios propriedade da Câmara Municipal, em particular dos edifícios escolares e, tendo em conta que, em tempos, a vereadora do pelouro da educação informou que tinha encomendado a elaboração dos mesmos a uma entidade externa, tendo posteriormente dito que já estavam concluídos faltando apenas o parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil, pretende saber se já há alguma informação relativamente aos

2019.03.26

pareceres, nomeadamente nos edifícios que envolvem maior utilização, como é o caso das escolas. -----

Disse ter solicitado uma planta do projeto dos passeios que estão a ser executados no centro da cidade juntamente com o projeto das ciclovias, para que possa perceber a totalidade da obra no seu conjunto e para perceber se o que está a ser executado em obra está conforme o projeto das empreitadas para a execução dessa mesma obra e, até ao momento, ainda nada lhe foi facultado. ---

Disse que a Biblioteca Municipal foi objeto de obras de requalificação que, de acordo com a empreitada, terminavam em setembro de 2018, mas terminaram só em dezembro. Disse que o mês de abril se aproxima, continuando a mesma encerrada, sem prestar o serviço que deve prestar à comunidade, de importância mais elevada em especial para a comunidade escolar, perguntando, por isso, se as obras já terminaram ou, se andam a fazer mais obras para além daquelas que foram objeto da empreitada e para quando é que está prevista a abertura da Biblioteca ao Público. Pediu também que lhe facultassem o processo da contratação de Serviços relativamente à fiscalização da mesma. -----

Sobre o Parque de Estacionamento Subterrâneo, disse que solicitou, em devido tempo, um relatório técnico sobre o seu estado de conservação, uma vez que havia um conjunto de anomalias de obra que inclusive estavam a causar prejuízos a terceiros e, apesar de lhe ter sido facultado há quinze dias, um relatório datado de fevereiro de 2018, que referia um conjunto de anomalias, pretende que lhe entreguem um relatório mais atualizado, querendo também saber que intenções tem a Câmara Municipal de corrigir as anomalias que existem no referido Parque.

Leu um ofício, abaixo transcrito, conforme pediu, que lhe foi facultado pela Associação de Comerciantes de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, do qual gostaria de dar conhecimento ao Sr. Presidente, mas dado que este não está presente, voltará a referir o mesmo na próxima reunião. Disse que a Câmara

2019.03.26

Municipal tem estabelecido protocolos ou acordos de colaboração com o fundamento de dinamizar o comércio local com a Associação Empresarial Comercial e Industrial de Arouca e Vale de Cambra e, em todas as reuniões onde são deliberados os apoios a esta entidade, tem colocado a questão do porquê de não se envolver todas as associações comerciais que operam no município, e qual a razão pela qual não se convidam todas as entidades e parceiros a participar nas atividades relacionadas com o comércio. Disse que aguarda que seja o Sr. Presidente a responder à questão, dado que esta Associação tem vindo a desenvolver um trabalho na área comercial há décadas e agora não se quer que ela participe nas atividades da Câmara Municipal, nem que esta se associe às atividades promovidas por aquela associação. -----

Transcrição do ofício n.º 2/2019 de 07/01/2019, da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra: -----

"Como é decerto do conhecimento de V. Ex.^a, somos uma associação sem fins lucrativos que tem como objeto social a representação, defesa e promoção das empresas nossas associadas, sempre no sentido de promover, estimular, formar, entre outros fins, o comércio local e o seu desenvolvimento.-----

Esta associação abrange os concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, existindo há muitas décadas, tal como decorre do teor dos respetivos estatutos, que dá por reproduzidos. -----

Tem ainda continuamente promovido sessões de formação, concursos e outros eventos e atividades, sempre em prol do comércio local e dos seus associados, entre os quais os desse concelho de Vale de Cambra, que nunca negligenciou.-----

Desses eventos, temos vindo a dar sempre conhecimento a essa edilidade, de forma formal, com vista à mais estrita colaboração na obtenção de resultados positivos para a dinâmica e progresso do comércio local e dos nossos associados.-----

Acontece que apesar das várias e sucessivas cartas que esta associação tem enviada ao longo dos anos para essa edilidade, o certo que não temos obtido qualquer resposta, nem manifestação de interesse nas propostas e eventos apresentados, sendo certo que uma

2019.03.26

resposta ou nota escrita vossa sobre as assuntos apresentados, até por uma questão de simples cortesia, sempre se importa.-----

Esta associação vem, assim, pela presente e mais uma vez convidar essa edilidade a participar e a cooperar nas diversas atividades que tem promovido e virá a promover no futuro, demonstrando-lhe ainda o seu interesse em participar em outras que sejam da vossa iniciativa e que se dirijam em geral ao comércio local e em particular aos nossos associados.-----

Creemos que toda a colaboração que puder existir interessará ao comércio local e dinamizará e desenvolverá o concelho de Vale de Cambra, o que é do interesse de todos, do município, dos comerciantes e do público em geral.-----

Assim, a ACCOAVC solicita ao Sr. Presidente da Câmara que se digne informar se esta associação poderá contar com a colaboração dessa edilidade na promoção, dinamização e do interesse dos comerciantes do concelho de Vale de Cambra e em que medida, pronunciando-se sobre este assunto, a fim de poder esta associação atuar em conformidade.-----

Aguardando a resposta de V. Ex.a, com a possível brevidade, apresentamos os melhores cumprimentos,-----

Pela Direcção da Associação, O Presidente Manuel Oliveira Tavares" -----

O Sr. Vice-Presidente esclareceu de imediato que a Polícia Judiciária esteve na Câmara Municipal, no âmbito do processo relacionado com a entidade PORTOeNORTE de Portugal ER, da qual a Câmara Municipal é associada, não sendo tanto quanto julga saber, somente a Câmara Municipal de Vale de Cambra a ser visitada. -----

De seguida deu a palavra aos restantes vereadores: -----

A vereadora Daniela Silva cumprimentou todos os presentes, felicitando em particular, os professores e os alunos ali presentes, pelo facto de estarem a participar na reunião pública, pois considera importante que os mais jovens tenham conhecimento de como se processa o funcionamento de uma autarquia e do poder local. Espera que seja uma experiência profícua e que todos saiam mais

ricos em conhecimento do que quando entraram, esperando que possam voltar outras vezes e quem sabe, mais tarde, noutra qualidade. -----

A vereadora Catarina Paiva cumprimentou todos os presentes, em especial os alunos do 7.º ano da Escola do Búzio, aos quais já se dirigiu pessoalmente, antes do início da reunião. Disse que é com gosto que recebe a população estudantil nestas sessões públicas e aproveitou para falar da atividade que vão desenvolver no mês de abril, mês destinado a relembrar os maus-tratos infantis e perguntou se estes já tinham ouvido falar da história do laço azul. Disse que é a história de uma avó que viu os dois netos serem maltratados e espancados até à morte e, tendo visto o corpo deles cheio de nódoas negras e, como estas nódoas negras, passado algum tempo, dão a sensação que ficam azuis, essa avó quis homenagear os seus netos e colocou na antena do carro um laço azul. Este ano, pela primeira vez, a Câmara Municipal resolveu homenagear as crianças que sofrem maus-tratos e vai promover ações que despertem a atenção dos mais velhos para que elas sejam bem tratadas e protegidas. Só a partir da proteção das crianças elas vão deixar de ter maus-tratos na sociedade atual. Referiu-se à frase que o Sr. Dr. Armando Leandro, Juiz-Conselheiro e ex- Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, dizia "(...) Sem qualidade de infância, não há qualidade humana e sem qualidade humana não há desenvolvimento, incluindo o económico(...)", sendo, por isso, necessário tratar bem os mais pequeninos porque eles são o nosso futuro. Pediu aos jovens para se juntarem à iniciativa e promovessem o mês dos maus-tratos infantis, vestindo-se de azul ou trazendo na lapela um lacinho azul. Pediu que estes falassem com os pais e professores, para que estes colaborem com a iniciativa. Por fim agradeceu a atenção de todos os alunos. -----

2019.03.26

O José Alexandre Pinho cumprimentou os presentes, agradecendo às turmas do 7º ano por estarem a assistir à reunião, felicitando os professores pela iniciativa e esperando que o próximo passo seja uma visita à Assembleia da República. -----

O Sr. Vice-Presidente informou, em especial os alunos, que de seguida se vai responder às questões anteriormente levantadas pelos vereadores. -----

Sobre a limpeza do terreno na Avenida de acesso ao Pavilhão Municipal, o Sr. Vice-Presidente disse que iria comunicar ao Gabinete Técnico Florestal para que o proprietário fosse notificado. Quanto à área florestal da responsabilidade da Câmara Municipal, sabe que se encontra a decorrer um procedimento para a sua execução. -----

Sobre o lancil em frente ao Edifício Habicambra, disse que o Sr. Presidente se comprometeu e, não estando ainda concluída a obra, o trabalho de rebaixamento de lancil, será ainda executado. -----

Sobre a sugestão dada relativamente ao acompanhamento técnico da obra, fica a mesma registada. -----

Sobre os planos de segurança, disse, conforme confirmado pela vereadora Catarina Paiva, que estava aguardar informação técnica sobre se estão todos ou não para depois os trazer à reunião, acrescentando que alguns já deram entrada na Câmara Municipal com parecer favorável. -----

Sobre a planta conjunta dos projetos dos passeios e das ciclovias, informou que a mesma já foi pedida ao gabinete projetista. -----

Sobre a Biblioteca Municipal deu a palavra à vereadora Daniela Silva que disse não possuir dados sobre a obra em si, por ser uma parte da responsabilidade dos técnicos, os quais terão que informar; quanto ao funcionamento da Biblioteca, disse que estão a ser feitos os últimos preparativos, como recolocação das estantes com os livros, equipamentos, limpeza do espaço para que se consiga abrir a biblioteca no mês de abril. Informou ainda que o

2019.03.26

serviço educativo não foi interrompido, tendo sido realizado nas próprias escolas. Todo o serviço da Biblioteca que foi possível fazer, foi efetuado. -----

O Sr. Vice-Presidente informou que, apesar da empreitada ter sido concluída em dezembro, foram feitos trabalhos tais como a requalificação de móveis, arranjo do chão, que foram executados tanto pelos trabalhadores da Câmara Municipal como por ajustes diretos aproveitando-se que a mesma ainda se encontrava encerrada. -----

O vereador Pedro Almeida pediu informação sobre os contratos de prestação de serviços que foram efetuados com entidades externas e a que se deveu a prestação de serviços. -----

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao vereador José Alexandre Pinho, que, sobre o Parque de Estacionamento Subterrâneo, informou que, quando a Câmara Municipal assumiu a gestão do mesmo, foi feito um relatório do estado da estrutura do edifício e foi esse relatório que foi facultado aos vereadores, sendo um relatório demonstrativo do estado em que a Câmara Municipal encontrou o Parque e no qual foram reportadas algumas anomalias, algumas já corrigidas, outras ainda não. Disse que o Sr. vereador do PSD, bem como a bancada do PSD na Assembleia Municipal, levantaram suspeitas quanto à questão estrutural, o que acha estranho, visto que era o PSD que na altura estava no executivo quando o Parque foi construído e, melhor do que estes saberá se a estrutura do edifício foi corretamente construída, sendo por esse motivo pedido um relatório aprofundado para que estas questões sejam abordadas. Recorda que o que foi referido no relatório de segurança do Parque, foi somente relativo às infiltrações, que se devem, como já foi explicado, à junta de dilatação, às floreiras que foram construídas há algum tempo sobre tela, que se vai degradando e permite infiltrações de água, infiltrações que têm ocorrido desde que o Parque

2019.03.26

Subterrâneo foi inaugurado e nunca há, no mesmo, referência à questão estrutural do edifício, mas, como disse, já solicitou um relatório exaustivo. -----

Quanto à questão das dívidas de água, o vereador disse que também não pode fazer um corte umbilical com o passado; existe um historial de dívidas de água na Câmara de Vale de Cambra, já do tempo em que o Sr. vereador Pedro Almeida era vereador do pelouro das águas e havia na altura dívidas superiores a duzentos mil euros; portanto, fala agora no valor da dívida, como se fosse uma surpresa, como se fosse algo que tenha apanhado toda a gente de surpresa e o que aconteceu neste ano, e importa relevar, é que houve uma inversão desta dívida; pela primeira vez, este ano, desde há muito tempo, a dívida baixou. Obviamente, tem havido um esforço nesse sentido e concorda com o vereador Nelson Martins, que esse esforço pode ser reforçado; de referir ainda que, este mês, foram retirados mais de sessenta contadores e, na grande maioria dos casos, as pessoas pagaram a totalidade da dívida. Tal como referiu anteriormente, foi elaborada uma lista para ser enviada à Autoridade Tributária, que neste momento está no Gabinete Jurídico, indo confirmar se o mesmo já deu o devido andamento. Quanto à prescrição da dívida e salvo melhor opinião, têm enviado regularmente ofícios aos consumidores das dívidas de água, alertando para essa dívida não podendo, do seu ponto de vista, o consumidor alegar que desconhecia a dívida de água. -----

O vereador Pedro Almeida, face à resposta, referiu que o Sr. vereador José Alexandre Pinho está mal informado e que deveria informar-se bem. Primeiro, não cabe à Câmara Municipal ter responsabilidade sobre projetos particulares e o Parque de Estacionamento Subterrâneo foi, desde a sua origem, autorizada a sua concretização com os votos favoráveis e por unanimidade de todas as forças políticas representadas na Câmara Municipal de então, da qual fazia parte o CDS e o Sr. Presidente da Câmara e aquela obra é uma obra particular de uma

2019.03.26

empresa. Afirmou que foi concessionado a uma empresa a conceção, execução e exploração de um parque de estacionamento coberto e a obra executada, é por essa razão de cariz particular, objeto de licenciamento pela Câmara Municipal e o Sr. Vice-Presidente sabe disso porque era o vereador do pelouro, não havendo qualquer dúvida quanto aos factos referidos. Posteriormente a Câmara Municipal adquiriu essa empresa e ficou com a responsabilidade, a partir desse momento, de cuidar e manter o edifício do parque de estacionamento. Desconhece-se se foram feitas obras ou não e aquilo que conhece é que regularmente tem ocorrido situações e acidentes nessa mesma obra que tem onerado a Câmara Municipal em indemnizações. O constatado, dado o relatório feito pelo responsável pela segurança do Parque de Estacionamento Subterrâneo, é que existem problemas estruturais nessa obra e para que não surjam dúvidas e ficar devidamente esclarecido solicitou um relatório técnico, para esclarecer o executivo se existem, ou não problemas estruturais. Disse ainda que o relatório técnico foi pedido há meses e ainda não foi disponibilizado, não sabendo o porquê, mas continuará a aguardar. -----

Sobre a questão da dívida das águas, afirmou que gostava de lembrar, até porque é do PSD e recorda com saudade, como muitos recordam com saudade, um grande estadista que se chamava Francisco Sá Carneiro, que quando foi Primeiro-Ministro, dirigiu-se aos seus ministros afirmando o seguinte: "Eu autorizo os meus ministros a dizer mal do Governo passado, durante seis meses, findo o qual, a responsabilidade passa a ser nossa, porque somos nós que estamos à frente do Governo." Portanto, esta Câmara CDS está a governar há seis anos e ainda continua a justificar a sua inoperância com o passado, mas disse estar orgulhoso do seu passado enquanto vereador. Disse que recebeu o pelouro das águas num estado catastrófico e fez o possível e o impossível para pôr as coisas na ordem e se bem se recorda, como é do conhecimento do Sr. Vice-Presidente

teve, por parte do sindicato, pedidos de providências cautelares para impedir que as medidas tomadas tivessem sucesso. Já nessa altura, de facto, havia muitas dívidas, mas tudo se fez para acabar com elas e se nessa altura as dívidas, como disse, eram avultadas, hoje ascendem a mais de trezentos mil euros. O Sr. vereador afirmou em relação a esta matéria que estão a ser retirados contadores, no entanto a questão que se coloca é como é que se vão cobrar as dívidas porque ao fim de seis meses elas prescrevem. -----

O vereador José Alexandre Pinho, respondendo, disse que o vereador Pedro Almeida, ao referir a questão do passado, foi o primeiro a mencionar que o atual Presidente da Câmara, na altura enquanto vereador da oposição, votou favoravelmente à construção do Parque. Disse que vai verificar a questão da construção, achando estranho que, sendo uma parceria público-privada, que a Câmara Municipal não tivesse qualquer participação. Sobre as várias situações de indemnização que referiu, informou que apenas foi presente à reunião de Câmara um processo derivado ao problema das infiltrações de água; os outros decorreram do mau funcionamento da cancela que nada têm a ver com a estrutura, tendo-se infiltrado em locais habituais, provocando danos na viatura de quem apresentou a reclamação. O Sr. vereador referiu bem, que a segurança não é técnico, sendo a sua opinião válida, não tendo, contudo, a validade de um parecer de alguém da área. -----

Quanto à questão da água, referiu factos e não disse que o problema são os cem mil euros que se foram acumulando desde o tempo em que era vereador até agora ou dos duzentos mil euros que se foram acumulando até então. A informação que teve, é a de que o Sr. vereador, na altura, interrompeu a questão das Execuções Fiscais. -----

O vereador Pedro Almeida interrompeu dizendo, que não era verdade e pediu que lhe fossem entregues factos concretos das afirmações que ali estão a ser

feitas. Não pode assumir nem admitir que venham fazer insinuações sem factuar. Portanto, não é falar com base no que se ouviu dizer, ou há factos concretos ou não há factos; não admite essas afirmações. Concluiu a intervenção, dizendo que falou em defesa da honra. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que a defesa da honra é sempre permitida e pediu calma e paciência aos presentes, dizendo-lhe que o pedido de informação já foi feito e registado e, a seu tempo, terá a referida informação. -----

Disse ainda que o Período de Antes da Ordem dia já tinha sido ultrapassado e, considerando que todas as respostas possíveis foram dadas, deu o mesmo por terminado, dado de seguida início ao Período de Intervenção do Público. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

Registaram-se quatro intervenções, cujo assunto será descrito de forma sumária:

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao Sr. Ramiro de Almeida Moreira, residente na Rua da Portela, n.º 744, Chão da Cancela, União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, que disse não ter obtido resposta à reclamação apresentada sobre a ocupação feita por um vizinho, de um caminho público que usa no acesso aos seus terrenos, caminho esse que foi alargado, empedrado e murado pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Perguntou de quem era a competência para a resolução do problema, uma vez que já se dirigiu à Junta de Freguesia, à Câmara Municipal, conforme documentos anexos à inscrição e inclusive à GNR. Pretende que haja uma decisão antes que a situação fique irremediável. Disse que a obra se foi fazendo, com algumas paragens e recomeços, sem que nenhuma autoridade interviesse, tendo o caminho público

sido prejudicado pela construção do vizinho, existindo terrenos cujos proprietários estão agora impedidos de se deslocarem com os seus tratores agrícolas. -----

O Sr. Vice-Presidente informou o requerente que a Câmara Municipal já promoveu uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, com a jurista da Câmara e o Gabinete de Advogados para saber quem tem a legitimidade de meter a ação em Tribunal, porque existe uma Rua, designada Rua da Fonte que pertence à Junta de Freguesia. Concorda que a Câmara Municipal já o devia ter notificado do ponto da situação, contudo será dada ordem ao Gabinete Jurídico para que o faça o mais rapidamente possível. -----

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos porta-voz dos alunos do 7.º ano da Escola do Búzio, a seguir referidos: -----

- Cláudio Alexandre Almeida Carvalho, que perguntou quando vai ser executado o saneamento de todas as ruas da freguesia de Macieira de Cambra na localidade de Valgalhardo; -----

- Filipe Vide Rodrigues, que perguntou se estava previsto algum projeto para o edifício do antigo cinema. -----

O Sr. Vice-Presidente explicou aos alunos que esta Câmara Municipal é constituída por um Presidente e seis vereadores e que, de acordo com a lei, tem várias atribuições que pode delegar no Presidente, que as pode também delegar nos Vereadores que estão em funções no executivo. No caso do saneamento, o pelouro foi delegado no vereador José Alexandre Pinho, a quem dá a palavra para responder à questão colocada. -----

O vereador José Alexandre Pinho disse que tem vindo a ser feito um alargamento da rede de saneamento e de abastecimento de água no concelho, no âmbito de uma candidatura ao POSEUR. No projeto foram contempladas algumas zonas em Macieira de Cambra, não estando Valgalhardo incluída no mesmo. Como os recursos financeiros da Câmara Municipal são limitados, serão

paulatinamente incluídas outras áreas, como Valgalhardo, porque a tendência é que área abrangida por rede de água e saneamento chegue gradualmente aos 100%. Disse ainda que se deslocou à rua a seguir aos semáforos, juntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para verificar da possibilidade de a contemplar num próximo projeto. -----

O Sr. Vice-Presidente, sobre a questão do antigo cinema, respondeu que o pelouro da arte e cultura pertencem à vereadora Daniela Silva, a quem deu a palavra.-----

A vereadora Daniela Silva disse que já existe um projeto de requalificação do espaço do antigo cinema, que será transformado no futuro Centro de Artes e Espetáculo, onde poderão ocorrer espetáculos de teatro, música, dança e projeção de filmes; terá ainda um café concerto/bar e uma zona de exposições. Está também projetado um espaço para a Academia de Música, para que esta possa dar continuidade ao ensino artístico de música, permitindo que esta possa alargar o ensino de música até ao 12.º ano, uma vez que neste momento o faz somente até ao nono ano por falta de condições. Assim que estiver em funcionamento, o novo Centro de Artes e Espetáculo terá uma programação cultural regular.-----

Pedindo a palavra, a professora, Flora Domingos, agradeceu a possibilidade dos seus alunos assistirem à reunião pública.-----

O Sr. Vice-Presidente agradeceu a presença de alunos e professores e informou que a Câmara Municipal está sempre disponível para os receber.

De seguida deu a palavra à Associação de Pais e Encarregados de Educação do JI EB1 de Areias que colocaram duas questões:-----

- quando é que está pronta a escola EB1 de Areias e quando entra em funcionamento, para que os alunos tenham lá as aulas; acrescentaram que já lhe fora dito que era no Natal, depois no Carnaval e estava-se a chegar o mês de

2019.03.26

abril e ninguém lhes dizia nada; já tinham falado com o Sr. Presidente e muitas vezes com a Dr.^a Paula Ferreira, para quem são encaminhadas sempre que se dirigem à Câmara Municipal, para falar do assunto. Falaram das dificuldades sentidas por causa da deslocalização das crianças para as atuais instalações e pediram que a escola de Areias fosse rapidamente reaberta.-----

- perguntaram ainda se a Escola de Areias iria participar nas Marchas de Santo António e quais os apoios em termos de roupas e ensaiador; acrescentaram que a Escola de Areias não foi convidada para uma reunião na qual participaram professores de outras escolas que vão participar nas Marchas de St.º António e só posteriormente contactaram a Câmara Municipal, informando-a de que queriam participar. -----

O Sr. Vice-Presidente, tendo em conta que os assuntos abordados são dos pelouros das vereadoras Catarina Paiva e Daniela Silva, deu-lhes a palavra:

A vereadora Catarina Paiva informou as encarregadas de educação presentes, que as obras estão feitas, havendo somente um pequeno atraso na entrega do equipamento, que vai ser todo novo, tendo em conta a demora no decorrer do procedimento da contratação pública. Pensou-se dar início ao terceiro período em Areias, mas não havendo a certeza de que as empresas fornecedoras entregam todo o equipamento adquirido, não se pode marcar uma data para início de funcionamento pleno da escola. Disse ainda que por sua vontade, os alunos já lá estariam, pois as instalações por estes agora ocupadas vão ser objeto de intervenção pela entidade que as vai ocupar futuramente, tendo, por isso, feito os possíveis para que a escola entre em funcionamento o mais breve possível. -----

A vereadora acrescentou estar sempre disponível para atendimento em todas as segundas-feiras de manhã e mesmo fora desse dia, caso esteja sem nenhuma reunião marcada, pois nunca teve conhecimento, nem da parte do Sr. Presidente, nem da parte da Dr.^a Paula Ferreira, que estas se tivessem dirigido à Câmara

Municipal, para tratar do assunto. Afirmou que nunca forneceu datas sobre a reabertura da escola e, face à intervenção, poderá dizer que, possivelmente, e frisou, possivelmente será dado início ao 3.º período nas instalações reabilitadas, em Areias, dependendo da entrega do respetivo mobiliário. -----

O vereador Pedro Almeida acha que é grave o facto de a vereadora afirmar que não teve conhecimento da situação apresentada pelas encarregadas de educação, através do Sr. Presidente e da chefe da Divisão, estando a prestação de serviço a gerar a confusão apresentada pelas intervenientes. É de opinião que isso não deve acontecer, pedindo o compromisso da vereadora para a reabertura da escola no 3.º período. -----

O Sr. Vice-Presidente acrescentou que a decisão deve ser tripartida, da Associação de Pais e Encarregados de Educação, da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas, achando que a Sr.^a vereadora irá esclarecer a situação e posteriormente contactar a Associação de Pais e, uma vez que apontou para a sua reabertura no 3.º período, pensa que tudo fará para que isso aconteça, apesar de se ter sempre a concordância do Agrupamento que pode considerar ou não, haver condições pedagógicas suficientes para a reabertura. -----

A vereadora Catarina Paiva, relativamente à segunda questão, disse que foi contactada pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, que lhe perguntou se era possível os alunos da escola colaborarem nas Marchas de S. Pedro, propondo o pagamento da despesa relativa à compra dos sapatos; depois da concordância dos professores ficou decidido que estes iriam colaborar nas referidas marchas. -----

A vereadora Daniela Silva informou que as Marchas infantis são organizadas com o Agrupamento de Escolas ao qual a Câmara Municipal envia um ofício para este indicar quais as escolas que estão interessadas em participar nas Marchas, sendo este que contacta as escolas e remete posteriormente a listagem à

2019.03.26

Câmara. Neste ano, na listagem não constava a Escola de Areias e, sendo esta uma atividade voluntária, deduziu que por alguma razão, não houvesse interesse por parte dos professores. Tive conhecimento posteriormente, do interesse da Escola de Areias em participar, sendo esta imediatamente integrada tendo o mesmo apoio que as outras escolas. Quanto ao ensaiador, informou que a Escola pediu para assumir a parte da coreografia, uma vez que as professoras já têm alguma experiência, preferindo a atribuição da verba correspondente. Informou ainda que a Câmara Municipal dá sempre às escolas a possibilidade de escolha entre a colaboração ou a atribuição de verbas, ficando a gestão das mesmas a cargo da Escola. -----

O Sr. Vice-Presidente informou as encarregadas de educação de que as vereadoras dos pelouros da educação e da cultura estarão sempre disponíveis, devendo estas mencionar que pretendem ser por estas atendidas. -----

O Sr. Vice-Presidente deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA E.B. 2, 3 DAS DAIRAS" - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 4: Presente o Auto de Medição n.º 4 da obra acima referida e respetivo mapa de trabalhos executados em fevereiro de 2019, no valor de 118.157,77€ (cento e dezoito mil cento e cinquenta e sete euros e setenta e sete cêntimos) IVA incluído, cuja fotocópia fica apensa à ata. -----

A Câmara Municipal, com a abstenção do vereador Nelson Martins deliberou, por maioria, aprovar o Auto de Medição n.º 4 da empreitada "Requalificação da Escola E.B. 2, 3 das Dairas", no valor de 118.157,77€ (cento e dezoito mil cento e cinquenta e sete euros e setenta e sete cêntimos) IVA incluído. -----

Declaração de voto do vereador Nelson Martins: "Porquanto, mantenho a coerência entre uma forma de requalificação que não aprovei e a obrigatoriedade de se assumirem os compromissos, pagando a quem realiza as tarefas de requalificação, abstenho-me." -----

2. “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA E.B. 2, 3 DAS DAIRAS”: Presente a informação de 02/02/2019, subscrita pelo chefe da DSUOM, Pedro Valente e pelo técnico superior, Vítor Soares, que se transcreve: "Acusamos a receção em 5/12/2018 da comunicação IPDMS 375/2018 enviada pela Empribuild. -----

Conforme o estipulado no artigo 1.1.4 -----

"Fornecimento e instalação de instalações Escolares Provisórias - durante um período de doze meses - constituído por módulos de contentores climatizados contemplando os seguintes espaços: secretaria (1 un com 45m2), sala de professores (1un com 45m2), sala de informática (1un com 45m2), sala de apoio especializado à multideficiência (1un com 45 m2), biblioteca (1un com 45m2), salas de aula (18un com 45m2) instalações sanitárias (2un para feminino e 2un para masculino com 15m2 cada), cobertura dos corredores de acesso aos espaços; Incluindo a apresentação do projeto respetivo a aprovar pela Fiscalização/Dono de Obra. Incluindo montagem e desmontagem dos módulos de contentores, das fundações, da rede provisória de água potável, águas residuais, pluviais, rede elétrica, iluminação, comunicações e respetivas ligações, todas as licenças e custos associados. Incluindo-se também a desmobilização e transporte de todo o mobiliário existente no edifício para as instalações provisórias e recolocação no edifício após a conclusão das obras. Neste artigo está incluído, ainda, toda a mão de obra, materiais e trabalhos necessários de acordo com as especificações do Caderno de Encargos." -----

A empresa construtora vem alegar trabalhos de erros e omissões no valor de 2.355,00 euros. -----

Face ao exposto a fiscalização opõe-se ao solicitado pela Empribuild, uma vez que estes trabalhos estão previstos na empreitada."-----

2019.03.26

O vereador Nelson Martins enalteceu o profissionalismo e boa-fé dos técnicos da fiscalização, dada a informação por estes prestada. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, conceder audiência prévia à empresa Empribuld, SA, nos termos do CPA, tendo em conta a intenção do indeferimento do seu pedido respeitante aos erros e omissões da empreitada, com base na informação de 22/02/2019, da DSUOM. --

3. REABILITAÇÃO DOS PAVIMENTOS: RUA DR. DOMINGOS ALMEIDA BRANDÃO, RUA ENG.º DUARTE PACHECO, RUA JÚLIO DINIS, RUA D.

NUNO ÁLVARES PEREIRA E RUA MANUEL SOARES PINHEIRO: Pelo Chefe da DSUOM, Pedro Valente, é remetida a informação de 14/03/2019, prestada pelo técnico superior, Paulo Reis, com a qual concorda e abaixo se transcreve: --

"No âmbito da empreitada "Reabilitação dos Pavimentos das Ruas: Dr. Domingos Almeida Brandão, Eng.º Duarte Pacheco, Júlio Dinis, Nuno Pereira, Manuel Soares Pinheiro", está prevista a pavimentação das respetivas faixas de rodagem, pelo que é necessário efetuar desvio de trânsito nestes arruamentos para garantir as condições de segurança rodoviária e pedonal. -----

A empresa responsável pela empreitada elaborou um Plano de Sinalização Temporário que se anexa. -----

Os trabalhos a executar nestes arruamentos e que obrigam a este plano de sinalização temporário decorrerão em 3 fases: -----

Fase 1 — Rua Manuel Soares Pinheiro; -----

Fase 2 — Rua Eng.º Duarte Pacheco e Rua Nuno Pereira; -----

Fase 3 — Rua Dr. Domingos de Almeida Brandão, Rua Júlio Dinis e Rua Nuno Pereira; -----

Dois dias antes do início dos trabalhos, serão colocados avisos nas fachadas dos edifícios e nas caixas de correio dos moradores com a informação dos dias em

que decorrerão os trabalhos, proibindo o estacionamento de viaturas, bem como, os condicionalismos nos acessos às garagens. -----

O vereador Pedro Almeida disse que não tem dúvidas nem precisa de esclarecimentos sobre a necessidade do encerramento das vias, no entanto solicita esclarecimentos, sobre a empreitada uma vez que a intervenção vai ser efetuada em vias que estão a ser intervencionadas no âmbito de outras empreitadas que estão a decorrer no centro da cidade, pretendendo assim saber o porquê destas pavimentações não terem sido englobadas nessas mesmas empreitadas de requalificação dos passeios no centro da cidade, parecendo que se subdividiu a empreitada em mais do que uma empreitada, pois não vê nenhuma razão objetiva para não se ter previsto a pavimentação das vias na empreitada original, ou seja, a sua questão prende-se com a razão pela qual estes trabalhos não foram incorporados na empreitada inicial e são agora objeto de um ajuste direto, quando deveriam ter sido feitos de única só vez num concurso público. -----

O Sr. Vice-Presidente respondeu dizendo que no momento não possui elementos que lhe permitam esclarecer se foi feito um Ajuste Direto ou uma Consulta Prévia. Esclareceu ainda que as pavimentações derivam da intervenção feita nos passeios. -----

O vereador José Alexandre Pinho referiu que a questão já tinha sido levantada numa sessão da Assembleia Municipal tendo então sido referido que a pavimentação não poderia ter sido contemplada na empreitada inicial por não ser objeto de financiamento na candidatura feita. -----

O vereador Pedro Almeida disse que poderiam ser mencionados na empreitada, os valores objeto de financiamento e os valores referentes à obra não financiados.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar o condicionamento de trânsito proposto no âmbito da reabilitação de pavimentos, nos exatos termos e condições da informação da DSUOM. -----

4. CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO: REQUERIMENTO DE IMOLUSOF,

LD.^a: Presente a informação de 25/03/2019, prestada pelo Coordenador da Área de Planeamento e Ambiente - DPAGU, Armando Ribeiro, que se transcreve: "Vem a empresa IMOLUSOF, Ld.^a com sede na Rua Alto de Vale de Pereiras, n.º 278, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, neste Município, através do seu requerimento de 04/03/2019, solicitar autorização para colocação de sinalização, durante a fase de pedreiro, uma vez por semana, durante aproximadamente 2:00h, para o camião de betão descarregar o mesmo em obra, tendo já solicitado a colaboração da GNR para o efeito, condicionando assim o trânsito na referida via, conforme Mapa Viário em anexo. -----

Nos termos do art.º 31º e art.º 35º do Regulamento de Trânsito do Município de Vale de Cambra, a Câmara Municipal poderá conceder autorizações para operações de cargas e descargas. Devem, no entanto, ser salvaguardados os seguintes condicionalismos: -----

- A empresa deve fazer a sinalização adequada ao desvio do trânsito, garantindo a normal fluência de pessoas e veículos;-----
- Devem respeitar as regras de transito impostas pelo Código de Estradas, não afetando a normal circulação de trânsito; -----
- Não deverão ser pintados quaisquer símbolos ou marcas nas estradas municipais, ficando a cargo da empresa eventuais indemnizações por prejuízos causados. -----

Dado tratar-se de uma via que vai estar sujeita a trânsito condicionado, o assunto deve ser enviado à reunião da Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar o trânsito condicionado proposto, nos exatos termos da informação da DPAGU. -----

5. LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS: despachos proferidos entre 13 e 26 de março de 2019, pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017;-----

Decreto-Lei 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro:-----

Processos deferidos:-----

Nº Proc.	Nome	Freguesia	Tipologia	Processo
149/18	PAULO VIDE BARBOSA	MAC. CAMBRA	HAB. MUROS	ARQUITETURA
142/18	LUÍS NOGUEIRA TAVARES	CEPELOS	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
108/18	LUÍS FILIPE DE ALMEIDA CAMPOS	RÔGE	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
108/14	ARSOPI	U. DE FREGUESIAS	INDUSTRIA	ESPECIALIDADES
180/16	DANIELA FILIPA OLIVEIRA FERNANDES	S. PEDRO CASTELÕES	HABITAÇÃO	ESPECIALIDADES
18/19	MANUEL ANTÓNIO NUNES DE ASSUNÇÃO	U. DE FREGUESIAS	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
62/15	MARIA DELMINDA ALVES Q. HENRIQUES	S. PEDRO CASTELÕES	ANEXO	ARQUITETURA
310/94	FERNANDO DE OLIVEIRA NEVES	S. PEDRO CASTELÕES	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
26/19	MANUEL AUGUSTO DE PINHO	S. PEDRO CASTELÕES	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
28/19	MARIA ALDINA DA COSTA SOARES	S. PEDRO CASTELÕES	HABITAÇÃO	ARQUITETURA
147/18	ANTÓNIO MIGUEL ALMEIDA LOMBA	U. DE FREGUESIAS	HAB. MUROS	ARQUITETURA
7/19	PEDRO MIGUEL PINHO MARQUES DE SOUSA	S.P.CASTELÕES	MURO	ESPECIALIDADES
133/18	MANUEL ALMEIDA SOARES	MAC. CAMBRA	HAB.ANEXO	ESPECIALIDADES
109/18	PAULO MANUEL PINHEIRO LEITÃO	S. PEDRO CASTELÕES	HAB. MURO	ESPECIALIDADES
127/18	JORGE COSTA ALMEIDA-PNEUS UNIPESSOAL	U. DE FREGUESIAS	PAVILHÃO	ESPECIALIDADES

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

OUTROS PROCESSOS:-----

PROCESSO N.º 70/18 - REQ. 181/2019 - AUGUSTA ASCENÇÃO SOARES, residente na Rua de Vila Chã, n.º 566 - 2.º Dt.º, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, município de Vale de Cambra. -----

2019.03.26

Presente informação de 19 de março de 2019, do Coordenador do Setor de Licenciamento de Obras Particulares, da DPAGU, Óscar Brandão, que referencia o pedido e as condições apresentadas no âmbito da audiência prévia apresentada pela requerente relativas ao processo de construção de edificação na Rua das Leiras, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

A informação encontra-se arquivada no processo referido. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade dos seis membros presentes e nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 19/03/2019, **deliberou** proceder à realização dos trabalhos necessários aquando da execução da via, bem como do muro de proteção, de acordo com o projeto a elaborar, sendo estas infraestruturas da propriedade da Câmara Municipal. Mais deliberou autorizar a abertura de uma entrada pelo arruamento a executar, bem como assumir a remoção e intervenções necessárias na ramada, não isentando o requerente do pagamento de taxas, dado que não está prevista a isenção solicitada, não a podendo, assim, conceder. -----

PROCESSO ONERED N.º 138/17 - REQ. N.º 459/19 - FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. PEDRO DE CASTELÕES, com sede em Lombela, freguesia de S. Pedro de Castelões, município de Vale de Cambra. ----

Presente informação de 20/03/2019, prestada pelo técnico superior da DPAGU, José Carlos Roque, relativa ao pedido de isenção de pagamento das taxas devidas pela licença de reconstrução de edificação existente na Av. do Milénio, n.º 445, lugar de Macinhata, freguesia de S. Pedro de Castelões. Por informação aposta na informação retro, em 20/03/2019, o coordenador da DPAGU, Óscar Brandão, propõe o deferimento do solicitado. -----

A informação encontra-se arquivada no processo referido. -----

2019.03.26

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 20/03/2019.-----

INFORMAÇÃO PRÉVIA N.º 15/18 - REQ. N.º 158/19 - ELISABETE SOARES

BRANDÃO TAVARES, residente no Calvário, Freguesia de Macieira de Cambra, município de Vale de Cambra. -----

Presente informação de 25 de março de 2019, do Coordenador do Setor de Licenciamento de Obras Particulares, da DPAGU, Óscar Brandão, sobre a ampliação de Pavilhão Industrial. -----

O Processo de Informação Prévia foi retirado para melhor apreciação. -----

PROCESSO ONERED N.º 14/19 - REQ. N.º 412/19 - CENTRO SOCIAL E

PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ARÕES, com sede na Rua Abade António Santos, n.º 15, freguesia de Arões, município de Vale de Cambra. -----

Presente informação de 26 de março de 2019, do Coordenador do Setor de Licenciamento de Obras Particulares, da DPAGU, Óscar Brandão, sobre o enquadramento legal e as condições do licenciamento da 2ª fase de um edifício destinado a lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário, na Rua Abade António dos Santos, n.º 15, freguesia de Arões. -----

A informação encontra-se arquivada no processo referido. -----

A Câmara Municipal, por unanimidade dos seis membros presentes, **deliberou** deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos 26/03/2019, devendo o requerente proceder ao acerto de estremas com a Junta de Freguesia de Arões de forma a garantir o afastamento de 5 metros. -----

6. INFORMAÇÕES: O Senhor Vice-Presidente da Câmara, António Alberto

Almeida de Matos Gomes, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 12 a 25 de março de 2019, no valor líquido total 704.060,69 € (setecentos e quatro mil, sessenta euros e sessenta e nove cêntimos). -----

- E-mail da colaboradora Sandrina Valente, agradecendo voto de pesar; -----

- Relatório de Avaliação - Estatuto do Direito de Oposição - Ano de 2018; -----

- Informação prestada pela Secretária do GAP, Fernanda Quental, sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 32/2019. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

O presente período ocorreu antes do PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO:

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todas as deliberações tomadas na presente reunião.

Nada mais havendo a tratar e sendo dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Vice-Presidente da Câmara, António Alberto Almeida de Matos Gomes, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Maria Adélia Silva Cruz, que a redigiu.-----
